



N° 6, junho 2013

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

Leste Asiático e Livre Comércio: o que é especulação e o que há de concreto. ASEAN+3, ASEAN+1, EAS e EAFTA.¹

PONTO DE VISTA, N° 6, junho 2013
ISSN 1983-73X.

Letícia Simões²

A crescente integração econômica que ocorre no Leste Asiático dentro da ASEAN³ (Associação dos Países do Sudeste Asiático) e seus desdobramentos estruturais leva à criação de Acordos de Livre Comércio (FTAs) entre suas partes formadoras e também entre demais países. Parte da integração econômica deve-se aos IED (Investimento Externo Direto) direcionados para a região seja de empresas

¹ Este texto é um fragmento da Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais intitulada “Integração Regional no Leste Asiático: ASEAN, ASEAN+3 e a disputa pela liderança regional” e defendida em Março de 2012.

² Graduada em Relações Internacionais pela UniLaSalle-RJ e mestre em Relações Internacionais pela UERJ. Atualmente é bolsista do CNPq e pesquisadora INCT/PPED

³ Em 8 de agosto de 1967 era criada a Associação dos Países do Sudeste Asiático através da assinatura da Declaração de Bancoc por cinco países da região: Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Cingapura. Em 1984, a associação passou por sua primeira expansão horizontal com a entrada do Sultanato de Brunei, que no mesmo ano havia se tornado independente da Grã Bretanha. A partir da década de 1990, a associação se abriu para novos membros: Vietnã em 1995, Laos e Myanmar em 1997 e Camboja em 1999.

multinacionais de países industrializados, de firmas dos países de maior destaque do próprio Leste Asiático, ou até mesmo, mais recentemente, de firmas de países de renda média da ASEAN que investem diretamente em países de renda mais baixa dentro do próprio bloco. Há, porém, muitos fatores por detrás do IED destinado ao Leste Asiático e o aumento da integração econômica entre os Estados da região. Estes fatores são responsáveis pela abertura econômica e globalização da região, e levaram à concentração das trocas comerciais e de IED no Leste Asiático, o que gradativamente reduz a importância de UE (União Europeia) e EUA (Estados Unidos) na região, apesar de ainda serem figuras importantes política e economicamente no Leste da Ásia.

São quatro principais fatores para que o IED tenha colaborado para a integração econômica do Leste Asiático: 1) as economias da região buscaram liberalização de comércio e investimento como parte de suas políticas de comércio exterior, investimentos e regionalismo aberto em instituições multilaterais como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – onde reduziram as barreiras tarifárias e não tarifárias e evitaram práticas discriminatórias de comércio – bem como na APEC (Asia Pacific Economic Cooperation) – onde China e Taiwan começaram a liberalizar comércio e IED fora da OMC e como consequência fizeram reformas domésticas para enfrentarem a competição externa – ; 2) através do IED as firmas de dentro e de fora do Leste Asiático puderam criar cadeias produtivas e de suprimentos por toda região levando a divisão de seus processos produtivos em diversos sub-processos alocando cada um deles em um país do Leste Asiático que oferecessem maiores vantagens comparativas, o que levou a uma evolução da divisão interna regional de trabalho; 3) houve uma evolução na conectividade física e digital além do desenvolvimento do suporte de logística, devido ao investimento destinado à infraestrutura, o que reduziu custos de transação e aumentou as atividades de comércio e investimento; 4) o rápido crescimento chinês(e mais recentemente indiano) que possui uma ampla economia de mercado estreita ainda mais os laços regionais entre os países do Leste Asiático, uma vez que possui papel fundamental nas cadeias produtivas e de suprimentos para toda região. (KAWAI & WINAJARA, 2007).

Apesar de o Leste Asiático ser considerado uma região retardatária em relação ao estabelecimento de FTA's principalmente se comparada a América do Norte, Europa e até mesmo a África, vivenciou a partir da década de 1990 – momento do aprofundamento da integração econômica voltada para o mercado na região, do progresso da integração europeia e norte-americana, e da crise asiática – um grande crescimento deste tipo de acordos devido não só ao multilateralismo via OMC, mas também da característica de regionalismo aberto iniciada na APEC e presente na ASEAN e seus desdobramentos. (KAWAI & WINAJARA, 2007).

A ASEAN divide a integração econômica regional em dois tipos: interna e externa. A integração econômica intrabloco da ASEAN fortaleceu-se na década de 1990 com a AFTA (ASEAN Free Trade Area), tida como o início para a Comunidade Econômica da ASEAN, um dos três pilares para o estabelecimento da Comunidade da ASEAN para a próxima década. A integração econômica interna tem como princípios fundamentais a formação de um mercado e de uma base de produção comuns, a construção de uma região economicamente competitiva, o desenvolvimento econômico igualitário e justo, bem como a integração com a economia global. Por outro lado, a integração econômica externa, ou seja, com países que não fazem parte da associação e com outros blocos está concentrada nos FTA's e nas Parcerias Econômicas Abrangentes (ou Comprehensive Economic Partnership – CEP's), que apesar de terem pequenas diferenças estruturais, buscam basicamente aumentar o acesso aos mercados, manter a competitividade frente a outros blocos e países que competem diretamente com a ASEAN além de manter a centralidade da associação.⁴ (WAN, 2011a)

Atualmente a ASEAN mantém seis FTAs assinados e funcionais um sob negociação, e outros dois propostos que ainda estão sendo estudados. Somando todos os FTAs (dentre os apenas propostos, os sob negociação, e os concluídos – divididos em que estão em efeito e os que ainda não estão) dos países da ASEAN+3⁵ o total é de 26

⁴ Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>

⁵ A ASEAN+3 é um desdobramento estrutural da ASEAN, uma associação informal que inclui além dos dez países do Sudeste Asiático que fazem parte da associação, as três potências do Nordeste Asiático: China, Japão e Coreia do Sul.

FTAs: 9 são da ASEAN, 8 são do Japão com países da ASEAN+3⁶, 3 são da China com países da ASEAN+3⁷, 5 são da Coreia com países da ASEAN+3⁸, e 1 é entre Japão, China e Coreia do Sul, o que demonstra uma grande integração ou ao menos uma grande vontade de integração entre tais países e um interesse crescente do cenário internacional pela associação.(ARIC, 2011)⁹

A ASEAN+3, atualmente, possui diversos processos ministeriais que incluem todos os membros do grupo. Hoje já são 20 áreas onde existe cooperação entre os países¹⁰ e um total de 56 estruturas¹¹ que coordenam a cooperação dentro do ASEAN+3, o que demonstra que apesar de ser um acordo extremamente voltado para a economia e o comércio, há uma preocupação por parte dos países da ASEAN e do ‘+3’ em tratar de outros assuntos, muitas vezes comuns aos Estados participantes e que a partir da aproximação dos processos regionais, podem ser debatidos e até mesmo resolvidos. Partindo do princípio de que a regionalização através de FTA’s, IED’s, PTA’s (Preferential Trading Arrangements ou Acordos Preferenciais de Comércio) e outros tipos de acordos podem ser benéficos para a região, em 2004 os líderes da ASEAN+3 propuseram uma “Comunidade do Leste Asiático”, que apesar de ser caracterizada pelos mesmos líderes, como um objetivo de longo prazo, deveria ser guiado e estabelecido pela própria ASEAN+3.

A ideia da criação da Comunidade do Leste Asiático foi proposta pelo Grupo de Visão do Leste Asiático (ou East Asian Vision Group – EAVG) de 2001 que tinha o

⁶ São os países da ASEAN+3 com quem Japão possui FTA’s: Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Coreia do Sul, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

⁷ São os países da ASEAN+3 com quem China possui FTA’s: Coreia, Cingapura e Tailândia

⁸ São os países da ASEAN+3 com quem Coreia do Sul possui FTA’s: Indonésia, Cingapura, Tailândia, Vietnã, Malásia e China.

⁹ ARIC.ORG, 2011 Disponível em: <http://aric.adb.org/FTAbyCountryAll.php>

¹⁰ As 20 áreas cobrem os seguintes subitens: política e segurança, crime transnacional, economia, finanças, agricultura e florestas, energia, minerais, turismo, saúde, trabalho, cultura e artes, meio ambiente, ciência e tecnologia, informação, bem-estar social, desenvolvimento rural e erradicação da pobreza, administração de desastres, jovem, mulheres, e outros subitens.

¹¹ Essas 56 estruturas são: 1 *summit*, 14 comissões ministeriais, 19 Senior Officials, 2 diretores gerais, 18 encontros de nível técnico, e outros 2 encontros.

objetivo de estudar e prever a integração econômica dos países da região em direção a uma comunidade econômica do Leste Asiático. Entre as principais conclusões as quais chegaram o EAVG em termos de comércio, finanças e investimento estavam: a possibilidade de criar uma área de Livre Comércio do Leste Asiático; expandir o acordo da ASEAN de Área de Investimento para todo Leste Asiático; incentivar o desenvolvimento e a cooperação tecnológica entre os países da região; e criar uma estrutura econômica orientada para o futuro. (KAWAI & WIGNAJARA, 2007).

Alguns estudiosos como Terada (2003) apostam na criação futura de uma Área de Livre Comércio do Leste Asiático (ou East Asian Free Trade Area – EAFTA), que requer, contudo, uma forte figura de liderança entre os países da região bem como o interesse material entre os membros, e tem como um dos sinais iniciais de existência a criação dos Acordos de Livre Comércio (ou Free Trade Agreements - FTAs) bilaterais dentro do Leste Asiático e seu efeito cascata. Já é realizado um estudo para tentar provar a eficácia deste FTA mais inclusivo, que contudo, ainda parece distante.

Japão e China, as duas maiores economias da região vêm disputando sua liderança através da criação de FTAs bilaterais com outros países do Leste Asiático e até mesmo com a ASEAN em si. Acredita-se que o interesse inicial da China em criar FTAs veio do fato de Japão e Coreia do Sul estabelecerem em 1998 seu FTA e deixarem a China de lado, o que levou a China, por sua vez a buscar a ASEAN mesmo que não em sua totalidade, como uma alternativa ao acordo entre dois de seus vizinhos mais próximos. O FTA entre China e ASEAN proposto em 2001 foi assinado em 2002 e fez com que Japão, com assinatura apenas em 2005, e Coreia do Sul, com assinatura em 2004, buscassem seus próprios FTA's com a ASEAN (TERADA, 2003), que só entraram em funcionamento mais tarde (China em 2005, Coreia do Sul em 2006 e Japão em 2008 em forma de Parceria Econômica Abrangente). (SEARIGHT, 2009). Estas são as chamadas ASEAN+1, onde cada um dos países do “+3” relaciona-se comercial e financeiramente com os países da ASEAN.

Apesar dos estudos para a criação do EAFTA, poucos são os países da ASEAN que acham a ideia produtiva para o bloco e para os próprios membros, uma vez que os países do Nordeste Asiático detêm certa de 90% de toda economia da região, o que

causa medo em um EAFTA onde pode haver uma enxurrada de produtos baratos vindos da China, que acabariam por desestabilizar as menores economias, sucatear suas indústrias mais vulneráveis e gerar altos níveis de desemprego. Apesar de Japão e China compreenderem o temor por parte da ASEAN entendem que é papel do líder amenizar tais efeitos e encontrar interesses comuns, e até mesmo ajustar interesses inicialmente opostos. E é na disputa pela liderança e na busca por um acordo comercial mais inclusivo no Leste Asiático que chineses e japoneses vem fazendo concessões como é no caso da China, que abriu seu mercado agrícola sensível, além de assinar um pacto para a construção de uma supervia no Laos, oferecer um tratamento preferencial de tarifas para produtos do Camboja, Laos e Myanmar – os membros mais recentes – e ofertar o perdão da dívida cambojana com a China. (TERADA, 2003)

O Japão por sua vez tornou o Leste Asiático uma “área prioritária” para o seu órgão oficial de ajuda ao desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento tecnológico com a concessão de cooperação técnica, uma área que a China ainda está atrasada, principalmente para dividir com seus vizinhos. A disputa entre Japão e China por FTAs no Leste Asiático, fazendo com que o primeiro ofereça cooperação técnica e o segundo liberalize seu mercado agrícola sensível pode, segundo Terada (2003), ajudar na melhoria do ambiente para a realização da EAFTA através do desenvolvimento econômico e tecnológico dos países da região.

Ainda no ano de 2002, houve uma proposta para que fosse realizada uma FTA entre China, Japão e Coreia do Sul, o que demonstraria o desejo da China de construir uma FTA com o Japão. Contudo, esta sugestão ainda não se concretizou apesar de ser debatida nos Encontros Trilaterais entre Japão China e Coreia do Sul, o que ainda assim reforça a tese da disputa entre Japão e China por parte da liderança da região, fora ou dentro de uma EAFTA. Atualmente as relações de high politics (e também questões de comércio) entre Japão, China e Coreia do Sul não são realizadas dentro do escopo da ASEAN+3, mas sim bilateralmente entre cada um destes atores vide seu passado histórico. (TERADA, 2003)

Além da ASEAN+3 e a tentativa do estabelecimento de uma FTA que incluía todos os seus membros, há ainda dois outros movimentos que relacionam o Sudeste e o

Nordeste Asiático. Ambos estão intimamente ligados aos países do “+3” e seu passado histórico, a diferença é que ao passo que um deles é “exclusivo” o outro é “inclusivo”. O primeiro movimento é o da ASEAN+1, como supracitado, que se resume em FTAs principalmente dos países do “+3” individualmente com a associação, ou seja, cada um dos grandes atores da região tem uma FTA separada com a ASEAN no lugar de uma FTA que envolva todos os países da ASEAN+3. O segundo movimento é o EAS (East Asian Summit) anteriormente conhecido como ASEAN+6¹².

Os chamados ASEAN+1 apesar de se referirem na grande maioria das vezes aos acordos de livre comércio que a associação tem com os países do ‘+3’ também podem ser entendidos como os FTAs que o bloco possui com outros países como Índia, Nova Zelândia e Austrália, bem como o que está em negociação com a UE. Contudo, uma vez que a pesquisa tem como principal enfoque a relação da ASEAN e os países do ‘+3’, as FTAs de China, Coreia do Sul e Japão são apresentadas com maior destaque. Os FTAs de China, Coreia do Sul e Japão tem uma diferença básica inicial, além das datas em que cada uma delas foi estabelecida. Enquanto China e Coreia do Sul tem com a ASEAN um acordo de livre comércio (ou FTA) que costumam ter um approach sequencial, ou seja, iniciando-se com um acordo-quadro, e depois acrescentando acordo de bens, e após, acordo de serviços para mais tarde incluir o acordo de investimentos que visa a construção de uma atmosfera transparente para investidores de ambas as partes, o Japão possui um acordo de livre comércio chamado de Parceria Econômica Abrangente que tem por característica agir como um single undertaking, ou seja, que a implementação do acordo seja feita de uma só vez e de forma abrangente, incluindo bens, serviços, investimentos, cooperação econômica e outros temas relacionados.¹³ (WAN, 2011a)

Mais antigo, o FTA de China com a ASEAN buscou logo de início abranger todos os membros da associação, dos fundadores aos mais recentes. Com uma abordagem inclusiva, apesar de sequencial, e demonstrando seu desejo de atuar na totalidade da região, o Estado chinês preferiu deixar a cargo de cada membro da

¹² ASEAN+6 era a junção dos países da ASEAN, China, Coreia do Sul, Japão, Índia, Nova Zelândia e Austrália em uma associação tida como informal.

¹³ Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>

ASEAN decidir individualmente o nível de liberalização a ser estabelecido. (SAUNDERS, 2008) O movimento chinês em direção a criação de uma FTA com a ASEAN se iniciou no ano de 2002 com a criação e assinatura por todos os países envolvidos do Acordo Quadro para Cooperação Econômica Abrangente entre ASEAN e China (ou Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation between ASEAN and China) que lançou as bases para a negociação de acordos que culminariam na criação da Área de Livre Comércio ASEAN-China (ALCAC) em 2010.¹⁴

O FTA entrou em vigor em partes. A primeira através do acordo de comércio de bens assinado em 2004 e implementado em 2005 (e depois expandido em 2011) que iniciou a modalidade de eliminação e redução de tarifas em duas linhas a de produtos normais e produtos sensíveis. Na lista de produtos normais, as tarifas deviam ser eliminadas pelo ASEAN-6¹⁵ até início de 2010, para o Vietnã até o início de 2012, e para Laos, Camboja e Myanmar, até 2015 onde cerca de 250 tipos de produtos poderão ter o prazo até 2018 para serem eliminados. Já na lista de produtos sensíveis e altamente sensíveis, as tarifas deveriam ser reduzidas na lista sensível inicialmente para 20% e em seguida para de 0 a 5%. Já na lista de altamente sensíveis, as tarifas deveriam ser reduzidas inicialmente a não mais que 50%.¹⁶

A segunda parte foi através acordo de comércio de serviços em 2007 (que também foi complementado em 2011) e teve como principal objetivo liberalizar e eliminar medidas discriminatórias em relação ao comércio de serviços entre os países membros. E a terceira, em 2009, com o acordo de investimento que buscou promover e facilitar os investimentos entre os países do acordo criando uma atmosfera transparente e segura para os investidores da região.¹⁷

¹⁴ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

¹⁵ A ASEAN-6 é o conjunto dos cinco membros fundadores da ASEAN (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Cingapura) e Brunei, também apontados como os membros mais importantes política e economicamente dentro da Associação.

¹⁶ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

¹⁷ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

Apesar de pontos negativos, a ALCAC é a única que provê um Programa de Colheita Adiantada, ou seja, que compra produção antecipadamente, e que teve a partir de janeiro de 2010, 89% das tarifas entre a ASEAN-6 e a China reduzidas para 0%. Além disso, entre 2005 e 2010 o comércio entre ASEAN e China cresceu cerca de 20% ao ano, os investimentos da China para a ASEAN, apesar de continuarem em números absolutos atrás dos investimentos de Japão e Coréia do Sul para o bloco, quintuplicaram (de US\$ 0.54 bilhões de dólares para US\$ 2.7bilhões), e em 2009 e 2010 o país tornou-se o maior parceiro comercial da ASEAN com aproximadamente 11,5% do comércio do bloco.¹⁸ (WAN, 2011a)

A ALCAC, deverá entrar em funcionamento em duas partes, a primeira começou a ser implementada em 2010 com os países mais antigos do bloco e a segunda entrará em funcionamento em 2015 com os mais membros recentes (SAUNDERS, 2008). O acordo, que não permite a exclusão de produtos das regras de eliminação e redução de tarifas, representa um mercado de aproximadamente 1,9 bilhões de consumidores com um PIB conjunto de quase US\$ 6 trilhões (dados de 2008), e se constitui na maior área de livre comércio do mundo, em termos de mercado de consumo¹⁹ até então cobrindo 90% do total do comércio estabelecido, abrangendo 93% das exportações para a China e 90% daquelas para a ASEAN. Há, contudo, diversos produtos na lista de exceções, o que pode permitir o enfraquecimento do escopo da ALCAC. (SAUNDERS, 2008).

O FTA ASEAN-Coréia do Sul, apesar de mais modesto se em comparação direta com os acordos de livre comércio de China e Japão, segue o mesmo esquema do FTA chinês com a associação, e foi inclusive o primeiro acordo de liberalização de comércio bilateral no qual a Coréia do Sul se engajou. A aproximação entre Coréia do Sul e a ASEAN, para o estabelecimento de um FTA, assim como aconteceu com a China, se iniciou com um Acordo Quadro de Cooperação Econômica Abrangente ASEAN-Coréia do Sul em 2005. Em 2006 foi assinado e em 2007 foi implementado o acordo de comércio de bens e também assinado o acordo comercial de serviços com todos os

¹⁸ Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>

¹⁹ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

países da associação com exceção da Tailândia que entrou nos dois acordos em 2009, mesmo ano que o acordo de investimento foi assinado.

Sob o acordo comercial de bens, as exportações da ASEAN vivenciaram amplo acesso aos mercados sul-coreanos a partir de 2006 e livre acesso já em 2010 quando a Coreia do Sul eliminou todas as tarifas da lista de produtos normais. Em reciprocidade os países da ASEAN-6 (com exceção da Tailândia que ainda não fazia parte) praticariam tarifas zero para todos os produtos da lista de produtos normais, para importações provenientes da Coreia do Sul. Em 2012 é esperado que todas as restrições impostas pela ASEAN para a lista de produtos normais da Coreia do Sul sejam eliminadas, e para os países mais recentes da ASEAN foi estabelecido um período mais longo para as reduções e eliminações de tarifas: 2013 para o Vietnã e 2015 para os demais que passarão do esquema de redução de pelo menos 50% para 0 a 5% de tarifa.²⁰

Tanto o estabelecimento do acordo comércio de serviços bem como do acordo de investimento entre ASEAN e Coreia do Sul seguem os mesmos princípios e objetivos das suas contrapartes entre China e ASEAN. Foi 2010, a exemplo da China, que foi estabelecida a Área de Livre Comércio entre ASEAN e Coreia do Sul (ALCACS) que movimentava cerca de US\$100 bilhões em comércio por ano.²¹ (WAN, 2011b) Uma característica em destaque do FTA ASEAN-Coreia é que diferente do chinês ele possui um acordo assinado em 2005 que estabelece um Mecanismo de Resolução de Disputas para ser aplicado entre os membros sobre qualquer questão relativa aos acordos implementados pelo grupo.²²

Por outro lado, o acordo comercial em forma de CEP proposto e assinado pelo Japão com apenas os países da ASEAN-6 apresenta uma menor extensão que o FTA ASEAN-China, mas possui indícios de ter maior força em termos efetivos, já que a lista de exclusão do acordo chinês é extensa. (SAUNDERS, 2008) Isso se dá uma vez que envolve a eliminação pelo Japão de tarifas da lista de produtos normais de 93% do valor

²⁰ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

²¹ Disponível em: <http://www.bi.go.id/NR/rdonlyres/E128B84E-FEB3-4412-B30F-99C2A23618F2/24581/PresentationGIZoct2011JoonLianWanTradeCompatibilit.pdf>

²² Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

das suas importações da ASEAN, e a eliminação pela ASEAN-6 (e também o Vietnã, que entrou depois no acordo) de 90% das tarifas de importação da lista de produtos normais do Japão em 10 anos.²³ Para Laos, Camboja e Myanmar que entraram depois não só na ASEAN, mas também no FTA ASEAN-Japão, haverá um prazo de 13 anos, para a redução de 90% de suas tarifas dos produtos da linha de produtos normais. Para produtos da lista sensível e altamente sensível o nível de liberalização e redução é negociado bilateralmente entre os países da ASEAN e o Japão.²⁴

A parceria ASEAN-Japão inclui desde seu início um acordo de comércio em produtos e serviços, além de cooperação econômica e de investimentos, e nos últimos anos incluiu os demais países da ASEAN, que inicialmente foram deixados de fora (SAUNDERS, 2008). O acordo, que irá levar mais produtos e serviços a um menor custo e com eliminação de tarifas – ou ao menos redução – para diversos países da região, a médio e longo prazo ajudará a melhorar o padrão de vida da população dos Estados que fazem parte do grupo.²⁵

A CEP ASEAN-Japão também foi a primeira a estabelecer uma seção para facilitação de comércio; para o estabelecimento de Normas, Regulamentos Técnicos e Procedimentos de avaliação de conformidade e questões Sanitárias e Fitossanitárias bem como a primeira a elaborar uma seção própria para cooperação econômica entre os membros.²⁶ (WAN, 2011a) Com o estabelecimento da CEP, em 2008, o Japão se comprometeu a colocar em funcionamento a Área de Livre Comercio ASEAN-Japão (ALCAJ) em 2018 apenas, dez anos depois da criação da CEP, mas que terá como vantagem a vivência inicial da parceria abrangente que poderá avançar neste período de tempo, em diversos aspectos acabando por se tornar, apesar de tardia, uma área de livre comércio melhor estruturada e conseqüentemente mais profunda. Atualmente, a CEP japonesa com a ASEAN movimenta cerca de US\$ 200 bilhões, pouco atrás da FTA

²³ Disponível em: <http://www.bilaterals.org/spip.php?article12479&lang=en>

²⁴ Disponível em: www.asean.org/Fact Sheet/AEC/AEC-12.pdf

²⁵ Disponível em: <http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf>

²⁶ Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>

ASEAN-China que movimenta não mais que US\$ 230 bilhões, e é responsável por 11% de todo IED para a ASEAN, sendo o maior investidor externo da região, bem a frente da China que é responsável por um pouco mais de 3,5%.²⁷ (WAN, 2011b)

Os FTAs bilaterais, ou até mesmo intrabloco, nos quais a ASEAN se engaja, apesar de possuírem diferenças relevantes, possuem também algumas características básicas, presentes em todos os acordos de livre comércio da ASEAN quase como ‘clausulas pétreas’: o acréscimo de novas características, o aumento do escopo e o aprofundamento das questões tratadas; a busca pela harmonização de políticas para evitar o efeito de spaghetti bowls ou de sobreposição de acordos; a não utilização de uma mesma fórmula ou estrutura para diferentes FTAs entre países diferentes; e a presença de um elemento de cooperação econômica.²⁸ (WAN, 2011a; SEARIGHT, 2009). A Tabela a seguir procura ilustrar as principais convergências e divergências entre as FTAs de ASEAN, e ASEAN e China, Japão e Coréia do Sul.

Elemento	Acordo de Livre Comércio da ASEAN	Acordo de Livre Comércio ASEAN-China	Acordo de Livre Comércio ASEAN-Coréia do Sul	Parceira Econômica Abrangente ASEAN-Japão
Entrada em vigor da Área de Livre Comércio	1º de janeiro de 2010	1º de janeiro de 2010	1º de janeiro de 2010	Em 10 anos a partir da criação da Parceria (2008)
Tarifas:				
eliminação	mais que 99%	no mínimo 90%	no mínimo 90%	no mínimo 90%
manutenção	nenhuma	sim (tecnologia)	nenhuma	nenhuma
exclusão	nenhuma	nenhuma (mas tecnologia)	40 TL	1% (do comércio total)
produtos especiais	arroz e açúcar	nennhum	nennhum	nennhum
tarifas máximas	5% (UAP)	20% SL 50% HSL	nennhum	nennhum
Acordos de Normas Sanitárias e Fito-sanitárias e de Barreiras Técnicas ao Comércio	Sim	Em negociação	Mínima	Sim
Serviços e Investimentos	AFAS and ACIA	Sim (proteção apenas para investimento)	Sim (liberalização para investimento em pauta)	Agenda sob negociação

Legenda:

AFAS= ASEAN Framework Agreement on Services ou Acordo-Quadro em Serviços da ASEAN
 ACIA= ASEAN comprehensive investment agreement ou Acordo Abrangente de Investimentos da ASEAN
 UAP= Unprocessed Agricultural Products ou Produtos agrícolas não processados
 SL= Sensitive List ou Lista Sensível
 HSL= Highly Sensitive List ou Lista Altamente Sensível
 TL= Trade Liberalization ou Liberalização de Comércio

²⁷ Disponível em: <http://www.bi.go.id/NR/rdonlyres/E128B84E-FEB3-4412-B30F-99C2A23618F2/24581/PresentationGIZoct2011JoonLianWanTradeCompatibilit.pdf>

²⁸ Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>

Tabela: Acordos de Livre Comércio da ASEAN e da ASEAN com cada um dos países do '+3'. Fonte: WAN, 2011a. Disponível em: <http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>. Tradução nossa.

O EAS, um fórum de diálogos acordado em 2004, também como sugestão do EAVG, como uma forma de reunir o Leste Asiático teve seu primeiro encontro em 2005 em Kuala Lumpur. A ideia de estabelecer um EAS era fortalecer a ideia de um Leste Asiático além da ASEAN+3, com a possível criação de uma futura área de livre comércio entre os países daquele grupo, e ainda vislumbrando a construção de uma Comunidade de todo Leste Asiático, onde não só comércio e finanças fossem tratados, mas também assuntos de segurança, política, energia, cultura e outros. Mas a formação geopolítica deste 'Leste Asiático' possuía divergências desde o início entre os primeiros Estados membros que formariam o EAS e que já faziam parte da ASEAN+3. Enquanto China e Malásia eram a favor de que o EAS reunisse apenas os mesmos Estados membros da ASEAN+3 que, apesar de distintos, possuíam uma certa identidade coletiva, Cingapura, Indonésia e Japão desejavam expandir o conceito de Leste Asiático além daquilo que já existia na ASEAN+3 e entendiam que o EAS devia ser formado ainda por Nova Zelândia, Austrália e Índia – o chamado ASEAN+6. (ACHARYA, 2009)

Outras motivações estavam por trás das escolhas de China e Japão por um EAS menos ou mais extensa: enquanto China preferia um EAS menos extenso com a oportunidade ter como concorrente direto de comércio investimentos, ajudas e conseqüentemente, disputa de liderança na região apenas o Japão, o Japão por sua vez enxergava que principalmente a Índia poderia balancear a China com seu crescimento acelerado, mão de obra barata, PIB extenso e presença cada vez mais intensa na região. Apesar de duas visões antagônicas para a formação da EAS, a segunda reunião do grupo em 2007 em Cebu, já contava com a participação de Índia, Nova Zelândia e Austrália, além dos países da ASEAN+3, o que demonstrou a vitória por parte do grupo dentro da ASEAN+3 que era a favor do alargamento da noção de Leste Asiático. Muito se especulou sobre a criação e o estabelecimento do EAS principalmente em relação ao futuro da ASEAN+3, que poderia cair em desuso. Porém, no ano de 2011, durante o

sexto encontro do EAS, o fórum teve uma nova expansão quanto ao número de membros.

Participaram desta reunião além dos países da ASEAN, China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia, EUA e Rússia.²⁹ A presença dos EUA no EAS era posto em debate muito antes do país fazer parte de fato da última reunião ocorrida em 2011. Malásia e Cingapura eram os principais opositores, uma vez que acreditavam na ideia do Leste Asiático vinda da iniciativa da EAEG do Primeiro Ministro malaio, Mahathir bin Mohamad, e apoiada pelo Primeiro Ministro de Cingapura do início da década de 1990³⁰. (ACHARYA, 2009). Contudo, apesar da oposição não só malaia ou cingapuriana, mas também indonésia que preferiu a entrada de Nova Zelândia, Austrália e Índia à dos EUA e acreditava que esta formação afastaria ou diminuiria as chances da presença norte-americana no summit, (NARAYAN, 2005 apud ACHARYA, 2009) os EUA conseguiu tornar-se mais um dos membros do EAS.

A presença de EUA e Rússia complica de vez a noção de Leste Asiático como pensada inicialmente por Mahathir na iniciativa da EAEG e de todos os demais grupos regionais que foram formados na lógica da ‘asianização’ do Leste, ou seja, do estabelecimento de grupos regionais da Ásia para Asiáticos sem a presença de países da Ásia-Pacífico. A participação de países da região politicamente definida como Ásia-

²⁹ Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/eas/pdfs/state111119.pdf>

³⁰ No início da década de 1990, o Primeiro Ministro malaio Mahathir lançou a ideia do grupo para ser trabalhada juntamente com os demais países da ASEAN. De fato o tema foi trabalhado de 1991, quando seu nome foi modificado para Encontro Econômico do Leste Asiático (ou East Asian Economic Caucus – EAEC) até 1997 durante os encontros Ministeriais da ASEAN. (TERADA, 2003). A proposta de Mahathir é tida como pioneira na visão de reunir um Leste Asiático que até aquele momento não possuía uma forma clara e distinta – ainda hoje há debates sobre o que é o Leste Asiático – em um único grupo regional, como havia em outras tantas partes do mundo. A ideia da EAEG, que surgia em um período de frustração com a Rodada Uruguai – e sua inabilidade de resolver questões de subsídios agrícolas – e no caso específico da região, de confrontação com a criação da APEC no ano anterior, tinha o objetivo de incluir os países que faziam parte da ASEAN no início da década de 1990 (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Brunei), os países da Indochina, que mais tarde se tornaram membros da ASEAN (Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar), e os países do Nordeste Asiático (China, Japão e Coreia do Sul). (TERADA, 2003). Era também parte da proposta do então Primeiro-Ministro malaio que este bloco, exclusivamente do Leste Asiático, fosse liderado pelo Japão, que na década anterior apresentara excelentes indicadores econômicos e até o momento era a economia mais avançada da região, mas que por outro lado tinha um passado de ambições imperialistas e havia se colocado contra os interesses dos países da ASEAN quanto aos subsídios agrícolas na Rodada Uruguai. (BA, 2009).

Pacífico, como é o caso dos EUA, em grupos de integração exclusivos do leste da Ásia, perturba toda a ideia da integração daquela região, uma vez que vem buscando fazer parte dos instrumentos regionais do Leste Asiático pelo medo de estar gradualmente perdendo espaço na região para China, Japão, Índia e também ASEAN. Neste sentido, frente aos novos acontecimentos, é possível pensar mais que antes, em uma ASEAN+3 fortalecida frente a um EAS ousado, mas esvaziado quanto ao seu sentido de Leste Asiático devido à presença russa e norte-americana. Sendo assim, é cada vez mais plausível pensar que a real disputa pela liderança regional do Leste Asiático se dará através ASEAN+3 e por dentro dos mecanismos da ASEAN+1 e outros que incluam Japão, China e os países do Sudeste Asiático.

Duas são as correntes dos que veem o futuro da ASEAN+3: os que acreditam que este desdobramento estrutural da ASEAN irá suplantá-la, e os que acreditam que a associação tem um papel fundamental na reorganização do Leste Asiático. A primeira corrente costuma se apoiar no fato de a ASEAN ainda ter limitações estruturais e ser formada por ‘peixes pequenos’ em um aquário cheio de ‘peixes grandes’, lembrando ainda da iniciativa da EAS que aumenta ainda mais o escopo do Leste Asiático e pode vir a diminuir a importância dos países do Sudeste Asiático dentro dela. Aqueles que acreditam na ASEAN como parte fundamental da ASEAN+3 costumam justificar a existência da associação como imprescindível para a existência do +3, principalmente visto que a relação entre China, Japão e Coreia do Sul é historicamente complexa e se dá razoavelmente dentro do bloco – no que tange questões de low politics, já que questões comerciais e de high politics são tratadas bilateralmente entre eles ou entre cada um deles e a ASEAN. (BA, 2009; NARINE, 2009; ACHARYA, 2009)

Autores como Terada (2003) acreditam que um dos maiores incentivadores da ASEAN+3, entre os países do “+3”, é o Japão demonstrado na súbita mudança de opinião que o país teve do momento das conversações para o estabelecimento da EAEC, que era contra, para a criação da ASEAN+3, onde se mostrou um grande entusiasta. No entanto, não há uma opinião concreta sobre qual país dá maiores incentivos e se importa mais com a ASEAN+3. Narine (2009) afirma que a ASEAN+3 foi incentivada e guiada basicamente pela China, que antes de 1997 não estava disposta a

fazer parte de fóruns multilaterais, pois acreditava que através destes esquemas era possível que outros países reunissem forças contra o Estado chinês, mas que ainda assim desejou fazer parte da criação da ASEAN+3.

Referências bibliográficas

ACHARYA, Amitav. The strong in the world of the weak: Southeast Asia in Asia's Regional Architecture. GREEN, Michael J. GILL, Bates (Orgs). Asia's New Multilateralism: Corporation, Competition, and the Search for Community. New York: Columbia University Press, 2009.

ARIC.ORG, 2011 Disponível em: <<http://aric.adb.org/FTAbCountryAll.php>> Acesso em: 30/05/2012

ASEAN <<http://www.asean.org/Fact%20Sheet/AEC/AEC-12.pdf> > Acesso em: 22/10/2012

BA, Alice. [Re]Negotiating East and Southeast Asia: Region, Regionalism, and the Association of South East Asian Nations. Stanford: Stanford University Press, 2009.

BILATERALS <<http://www.bilaterals.org/spip.php?article12479&lang=en>> Acesso em: 05/06/2012

KAWAI, Masahiro. WIGNARAJA, Ganeshan. ASEAN+3 or ASEAN+6: wich way foward? Paper apresentado em: Conference on Multilateralising Regionalism. Geneva, 2007. Disponível em: <<http://www.adbi.org/files/dp77.asean.3.asean.6.pdf>> Acesso em 13/11/2012.

MOFA <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/eas/pdfs/state111119.pdf>> Acesso em: 03/10/2012

NARINE, Shaun. ASEAN in the twenty-first century: a sceptical review. Cambridge Review of International Affairs, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/loi/ccam20>> Acesso em: 08/12/2012.

SAUNDERS, Phillip C. China's Role in Asia. In: SHAMBAUGH, David YAHUDA, Michael. International Relations of Asia. Plymouth: Rowman Littlefield, 2008.

SEARIGHT, Amy. Emerging Economic Architecture in Asia: Opening or Insulating the Region. [in] GREEN, Michael J. GILL, Bates (Org). Asia's New Multilateralism:

Corporation, Competition, and the Search for Community. New York: Columbia University Press, 2009.

TERADA, Takashi. Constructing an 'East Asian' concept and growing regional identity: from EAEC to ASEAN+3. *The Pacific Review*, v. 16, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.kikou.waseda.ac.jp/asia/uploadfile/koseiin/02/20/JPN/ASEAN_3_20081127172723_n3rl8h5iifdkd03rvqqlf2bp4.pdf> Acesso em 12/08/2012

UNESCAP <<http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>> Acesso em: 15/09/2012

WAN, Joo Lian. ASEAN'S Free Trade Agreements. United Nations Economic and Social Commission for the Asia and the Pacific, 2011a. Disponível em: <<http://www.unescap.org/tid/projects/asianeco-asean.pdf>> Acesso em 08/01/2012

WAN, Joo Lian. Trade Integration in ASEAN –Economic and institutional dimension.. Bank of Indonesia, 2011b. Disponível em: < www.bi.go.id/NR/rdonlyres/E128B84E-FEB3-4412-B30F-99C2A23618F2/24581/PresentationGIZoct2011JoonLianWanTradeCompatibilit.pdf> Acesso em: 08/01/2012